



O “estado da arte” do ensino em Extensão Rural no Brasilⁱ

 Daiane Loreto de Vargas¹,  Laila Mayara Drebes²

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB). Rua Rui Barbosa, s./n. Cruz das Almas - BA. Brasil. ² Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA.

Autor para correspondência/Author for correspondence: loretodevargas@gmail.com

RESUMO. Este artigo tem como objetivo realizar uma análise do “estado da arte” do ensino em Extensão Rural no Brasil, considerando o panorama da oferta da disciplina, as tendências acadêmicas atuais e o perfil dos docentes, comparando dados de levantamentos realizados em 2008, 2010 e 2022 com base no Fórum que reúne professoras e professores de Extensão Rural. A pesquisa é de natureza quali-quantitativa e de nível descritivo. Os dados de 2008 e 2010, publicados em relatórios de pesquisa, servem como comparativo para os dados coletados por meio de um formulário eletrônico junto a 49 docentes de Extensão Rural de um universo de 136 professores de todas as regiões do país. Os resultados apontam evidências na disciplina como: tendência de mudança na nomenclatura; oferta em caráter teórico e prático; ministrada como obrigatória em cursos de Ciências Agrárias e como optativa em alguns cursos das Ciências Humanas e Sociais; ofertada nos semestres finais da graduação. O perfil dos docentes que ministram a disciplina pode ser sintetizado como: experiente (maioria com mais de 5 anos de atuação docente), qualificado (professores doutores), atuante para além do ensino, também na pesquisa e na extensão universitária, articulado com uma diversidade de problemáticas de interesse da Extensão Rural e cada vez mais integrado à pós-graduação.

Palavras-chave: assistência técnica e extensão rural, inserção curricular da extensão universitária, docência, formação extensionista, Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 7	e14747	10.20873/uft.rbec.e14747	2022	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	--------------------------	------	-----------------



The “state of the art” of teaching in Rural Extension in Brazil

ABSTRACT. This article aims to carry out an analysis of the "state of the art" of teaching in Rural Extension in Brazil, considering the panorama of the offer of the discipline, current academic trends and the profile of teachers, comparing data from surveys carried out in 2008, 2010 and 2022 based on the Forum that brings together Rural Extension teachers. The research is qualitative-quantitative in nature and at a descriptive level. Data from 2008 and 2010, published in research reports, serve as a comparison for data collected through an electronic form with 49 Rural Extension teachers from a universe of 136 teachers from all regions of the country. The results point to evidence in the discipline such as: trend of change in nomenclature; theoretical and practical offer; taught as compulsory in courses in Agricultural Sciences and as optional in some courses in Human and Social Sciences; offered in the final semesters of graduation. The profile of the professors who teach the discipline can be summarized as: experienced (majority with more than 5 years of teaching experience), qualified (professors with a PhD), active in addition to teaching, also in research and university extension, articulated with a diversity of issues of interest to Rural Extension and increasingly integrated into postgraduate.

Keywords: technical assistance and rural extension, curricularization of university extension, teaching, extension training, National Forum of Professors of Rural Extension.

El "estado del arte" de la enseñanza en Extensión Rural en Brasil

RESUMEN. Este artículo tiene como objetivo realizar un análisis del "estado del arte" de la enseñanza en Extensión Rural en Brasil, considerando el panorama de la oferta de la disciplina, las tendencias académicas actuales y el perfil de los profesores, comparando datos de encuestas realizadas en 2008, 2010 y 2022 a partir del Foro que reúne a los maestros de Extensión Rural. La investigación es de carácter cualitativo-cuantitativo y de nivel descriptivo. Los datos de 2008 y 2010, publicados en informes de investigación, sirven como comparación de los datos recolectados mediante un formulario electrónico con 49 maestros de Extensión Rural de un universo de 136 profesores de todas las regiones del país. Los resultados apuntan evidencias en la disciplina como: tendencia de cambio en la nomenclatura; oferta teórica y práctica; impartido como obligatorio en cursos de Ciencias Agrícolas y como optativo en algunos cursos de Ciencias Humanas y Sociales; ofrecidos en los semestres finales de graduación. El perfil de los maestros que imparten la disciplina se puede resumir en: experimentados (mayoría con más de 5 años de experiencia docente), calificados (profesores con doctorado), activos además de la docencia, también en investigación y extensión universitaria, articulados con una diversidad de temas de interés para la Extensión Rural y cada vez más integrados en los posgrados.

Palabras-clave: asistencia técnica y extensión rural, curricularización de la extensión universitaria, docencia, formación extensionista, Foro Nacional de Profesores de Extensión Rural.

Introdução

A disciplina de Extensão Rural é uma das disciplinas que compõem os currículos dos cursos das Ciências Agrárias, tendo inclusive sobrevivido a mais de uma revisão curricular, as quais provocaram importantes alterações em seus conteúdos programáticos e/ou estratégias metodológicas (Duarte Filho, 1996).

Refletir sobre estas transformações se faz necessário, pois o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) desempenha importante papel para o fomento ao desenvolvimento rural no Brasil, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar, ao acesso a políticas públicas diversas, ao incentivo à organização social dos agricultores, à capacitação dos agricultores, ao auxílio nos processos de certificação e comercialização de produtos, ao suporte para o manejo produtivo e para a transição rumo a sistemas agroecológicos, apenas para citar alguns exemplos.

Contudo, a efetivação do serviço de ATER no campo brasileiro e a sua contribuição para o desenvolvimento rural do país, perpassa pelo processo de formação profissional dos extensionistas rurais no cerne dos cursos de Ciências Agrárias, sejam eles cursos técnicos, tecnológicos e/ou de graduação, tanto em instituições de ensino públicas ou privadas. Dessa maneira, a disciplina de Extensão Rural se faz presente no processo formativo de engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, engenheiros de pesca e zootecnistas, podendo também participar do percurso formativo de outros profissionais de Ciências Agrárias.

No Brasil, a presença da disciplina de Extensão Rural nos currículos dos referidos cursos esteve relacionada à participação das instituições de ensino na implantação do serviço público de Extensão Rural. Desde a criação do serviço na década de 1940 até o presente, as universidades procuraram fundamentar suas ações pedagógicas nas concepções e metodologias utilizadas pelo serviço, procurando adequar a formação profissional dos estudantes à política pública vigente (Duarte Filho, 1996).

Inicialmente, a opção do Estado brasileiro por um modelo de desenvolvimento urbano-industrial, apoiado em uma modernização conservadora e seletiva da agricultura, foi determinante das características de oferta da disciplina de Extensão Rural. Esperava-se que os profissionais de Ciências Agrárias fossem capazes de responder aos desafios propostos pelos planos nacionais de desenvolvimento da época, pautados em difusão de inovações (Duarte Filho, 1996; Leal & Braga, 1997) Assim, no período da Revolução Verde, a disciplina de Extensão Rural contribuiu para a formação de profissionais das Ciências Agrárias preocupados com o aumento da produção e da produtividade do campo, com a expansão das

fronteiras agrícolas e com o uso intensivo de insumos industriais (Caporal & Costabeber, 2004).

Nesse sentido, os cursos de Ciências Agrárias foram transformados em “laboratórios para a formação de técnicos de receitas” (Caporal & Costabeber, 2002, p.11). O ensino passou a estimular a formação de profissionais mecanicistas, os quais eram preparados para adotar uma “linha de pensamento linear e cartesiano” para a promoção do desenvolvimento rural (Caporal & Costabeber, 2002, p.11). Esse cenário contribuiu para a formação de gerações de extensionistas rurais “produtivistas”, com capacidade restrita para trabalhar com a perspectiva da complexidade em suas intervenções nas áreas rurais (Diesel & Dias, 2010). Enfim, a formação dos extensionistas rurais foi concebida de uma forma desarticulada das questões ambientais, econômicas e sociais (Silva Neto, 2010).

Da crítica aos impactos negativos de tal modelo de desenvolvimento rural, foi elaborada a crítica ao modelo de Extensão Rural até então vigente, na década de 1960 (Caporal & Costabeber, 2002). Esse movimento teve seu auge com o processo de Repensar e Refazer da Extensão Rural no Brasil, na década de 1980, embasado no livro “Extensão ou Comunicação?” de Paulo Freire. A partir desse período, a Extensão Rural passou a ser compreendida como um processo educativo informal que deveria gerar autonomia às populações rurais (Freire, 1983; Caporal & Costabeber, 2002).

Diante disso, tanto o serviço de ATER como a própria disciplina de Extensão Rural passaram por um processo de reconstrução identitária para tentar contribuir com a superação das consequências advindas da Revolução Verde, pois os extensionistas rurais deveriam tornar-se mediadores do desenvolvimento rural, e não mais difusores de pacotes tecnológicos. Nesse sentido, temáticas como agricultura familiar, metodologias participativas e sustentabilidade passaram a ganhar importância para o ensino em Extensão Rural (Duarte Filho, 1996; Silva Neto, 2010; Diesel & Dias, 2010).

Para Diesel & Dias (2010, p.8), existe um consenso entre os estudiosos do tema sobre a necessidade de superar os princípios teórico-metodológicos da difusão de inovações no processo formativo dos profissionais da Extensão Rural. Na visão dos autores, é necessária a construção de referenciais teórico-metodológicos capazes de embasar a complexidade dos cenários e atores sociais plurais do rural brasileiro e para isso os extensionistas rurais precisam apresentar “sensibilidade e capacidade profissional para ir além das questões que dizem respeito ao âmbito da produção agropecuária” (Diesel & Dias, 2010, p. 9).

Frente ao exposto, executar e expandir o debate sobre o ensino em Extensão Rural no Brasil e suas influências sobre a formação dos profissionais das Ciências Agrárias, possíveis extensionistas rurais, se faz relevante. Analisar a forma como a disciplina tem sido ministrada dentro das estruturas curriculares dos cursos possibilita identificar as perspectivas da Extensão Rural nas diversas instituições de ensino e avaliar “se” e “como” os profissionais formados a partir da mesma vêm contribuindo para o desenvolvimento da sociedade contemporânea (Wizniewsky *et al.*, 2010). Além disso, este debate também proporciona uma reflexão mais aprofundada acerca do ensino desse componente curricular e aperfeiçoa referenciais teóricos sobre o tema (Callou *et al.*, 2008).

Conscientes da importância do ensino de Extensão Rural, os docentes brasileiros articularam-se em um coletivo voluntário voltado à discussão sobre o ensino da disciplina e debate de temáticas correlatas, intitulado de Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural. Este coletivo foi responsável pela organização de dois Seminários Nacionais de Ensino em Extensão Rural: no ano de 2008, em Itamaracá-PE; e no ano de 2010, em Santa Maria-RS. Na oportunidade de realização de tais eventos, foram elaboradas e apresentadas pesquisas de alcance nacional referentes ao “estado da arte do ensino em Extensão Rural”.

Partindo de tais antecedentes, o presente estudo se propõe a realizar uma análise do estado da arte do ensino em Extensão Rural no país, atentando para o panorama de oferta da disciplina, as tendências acadêmicas atuais e o perfil dos docentes, comparando as informações contemporâneas com as informações dos levantamentos passados, no limite do possível. A partir desta introdução, o estudo está organizado em uma seção metodológica, três seções de resultados e discussão e uma seção de considerações finais.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza quali-quantitativa e nível descritivo. Seu objetivo é dar continuidade à análise das principais tendências acadêmicas vinculadas ao ensino em Extensão Rural no Brasil. As análises anteriores ocorreram por ocasião dos Seminários Nacionais de Ensino de Extensão Rural, realizados em 2008, em Itamaracá-PE (Callou *et al.*, 2008), e 2010, em Santa Maria-RS (Wizniewsky *et al.*, 2010). É importante destacar que a referida continuidade diz respeito ao objetivo geral de apresentar uma leitura sobre o tema, não implicando a reprodução da metodologia nem do alcance dos levantamentos anteriormente realizados.

Esta iniciativa é vinculada ao Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural, coletivo criado em 2008 com apoio do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto em 2016. O Fórum esteve ativo desde sua criação, mas desmobilizou-se com o fim do MDA, tendo retomado suas atividades, de forma remota, em 2020, no contexto da pandemia de Sars-Cov-2. Um elemento possibilitador do retorno às atividades foi a criação de um grupo em um aplicativo de mensagens (*WhatsApp*), que atualmente conta com 136 participantes. Este grupo representou o universo pesquisado e foi a principal via de acesso aos sujeitos da pesquisa, isto é, os docentes da disciplina “Extensão Rural” de todas as regiões do país, de instituições públicas e privadas, de cursos técnicos, tecnológicos e graduações.

Para coleta de dados foi utilizado um formulário eletrônico, preparado e disponibilizado na plataforma *Google Forms*. Neste formulário existiam perguntas abertas e fechadas organizadas em duas seçõesⁱⁱ: uma referente à caracterização dos docentes e outra destinada a coletar dados sobre a disciplina de Extensão Ruralⁱⁱⁱ. O acesso ao formulário ocorreu por um *link* que foi disponibilizado por e-mail e via mensagem no grupo de *WhatsApp*. Por se tratar de um *link* que podia ser livremente compartilhado, houve respostas de professores que não estavam inscritos neste grupo de mensagens e nem constavam na lista de e-mail do Fórum. No total, durante o período em que ficou disponível (entre junho e julho de 2022), o formulário recebeu 49 respostas, sendo 85,7% de docentes pertencentes ao coletivo do Fórum e 14,3% de docentes externos (Tabela 1).

Quanto ao vínculo institucional, a maior parte dos respondentes, 91,8%, pertence aos quadros profissionais de instituições públicas de ensino, enquanto 8,2% atuam em instituições privadas. Deste contingente, 73,5% são do sexo masculino e 26,5% do sexo feminino (Tabela 2).

Tabela 1 - Vínculo dos participantes da pesquisa ao Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural.

Vinculação	Frequência	
	(n)	(%)
Com vínculo ao Fórum	42	85,7
Sem vínculo ao Fórum	7	14,3
Total	49	100

Fonte: elaboração própria.

Tabela 2 - Pertencimento institucional e gênero dos participantes da pesquisa.

Pertencimento	Frequência	
	(n)	(%)
Instituição	-	-
Pública	45	91,8
Privada	4	8,2
Gênero	-	-
Feminino	13	26,5
Masculino	36	73,5
Total	49	100

Fonte: elaboração própria.

Por ser o Fórum um coletivo de abrangência nacional e os levantamentos anteriores sobre esta temática – o ensino de Extensão Rural – terem buscado elaborar análises neste âmbito, é importante ponderar sobre as características da amostragem que possibilitará a análise a ser apresentada neste artigo. A Figura 1 revela que 36,7% dos respondentes atuam em instituições de ensino situadas na região Sul; 28,6% na região Sudeste; 18,4% na região Nordeste; 14,3% na região Norte; e 2,0% na região Centro-Oeste. Ao observar, na mesma Figura 1, o número de participantes nas edições anteriores do levantamento^{iv}, percebemos que ocorreu diminuição considerável de respostas na região Nordeste no levantamento atual. Os números das regiões Norte e Centro-Oeste também apresentam diminuição de informantes, mas proporcionalmente menor do que o ocorrido em relação ao Nordeste.

Figura 1 - Distribuição regional das amostras dos estudos de 2008, 2010 e 2022.



Fonte: elaboração própria.

O grupo de docentes no *WhatsApp* possui atualmente 136 participantes. De acordo com o cadastro de participantes do grupo, 33,1% atuam na Região Nordeste; 30,9% no Sul; 19,1% na região Sudeste; 10,3% no Centro-Oeste; e 6,6% na região Norte. A Tabela 3 apresenta um comparativo entre a composição atual do Fórum (tomando como referência o cadastro de docentes) e os respondentes do atual levantamento, considerando a distribuição por região de atuação dos profissionais.

Tabela 3 - Comparativo entre a composição regional do Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural e a região de atuação dos participantes da pesquisa.

Região	Composição do Fórum		Participantes da Pesquisa	
	(n)	(%)	(n)	(%)
Nordeste	45	33,1	9	18,4
Sul	42	30,9	18	36,7
Sudeste	26	19,1	14	28,6
Centro-Oeste	14	10,3	1	2,0
Norte	9	6,6	7	14,3
Total	136	100	49	100

Fonte: elaboração própria.

Considerando estes dados, ponderamos que a amostragem que permitiu a análise apresentada a seguir é destoante da representatividade regional que atualmente compõem o Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural. Esta diferenciação é mais visível pela subestimação da representatividade dos profissionais que atuam na região Nordeste e no Centro-Oeste e uma superestimação daqueles que atuam no Norte. Não podemos afirmar que há um enviesamento de dados, mas chamamos a atenção para esta peculiaridade metodológica para a relativização dos resultados que serão apresentados e discutidos na sequência deste artigo.

Os questionários foram analisados por meio do uso de estatística descritiva, no caso dos dados quantitativos; e pelo método de análise de conteúdo, no caso dos dados qualitativos. Considerando a intencionalidade comparativa do presente estudo, vale ressaltar que os documentos produzidos sobre o estado da arte da disciplina de Extensão Rural para os Seminários Nacionais de Ensino de Extensão Rural, em 2008 e 2010, foram utilizados como documentos fundamentais para a discussão dos resultados aqui apresentados, sendo eles: “O estado da arte do ensino da Extensão Rural no Brasil: relatório de pesquisa”, de Callou *et.al.*,

2008; e “O estado da arte do ensino em Extensão Rural no Brasil: relatório de pesquisa”, de Wizniewsky *et al.*, 2010.

O panorama da oferta da disciplina de Extensão Rural

Para compreender como a disciplina de Extensão Rural tem sido ofertada na atualidade, o questionário aplicado aos docentes investigou sobre: a) os cursos em que é ofertada; b) se é ofertada em caráter obrigatório ou optativo; c) o número de professores que atuam ao mesmo tempo na disciplina; d) o caráter teórico e prático; e) o período em que é ofertada nos cursos; e f) o quantitativo de vagas por semestre.

Quando questionados sobre a obrigatoriedade da disciplina, os docentes citaram que o componente curricular é obrigatório para os seguintes cursos de graduação: Agronomia, Engenharia de Aquicultura, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Medicina Veterinária e Zootecnia. As Diretrizes Curriculares Nacionais confirmam a obrigatoriedade da disciplina de Extensão Rural para os cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia. Na Engenharia de Pesca, denomina-se Extensão Pesqueira. (Mec, 2006a; Mec, 2006b; Mec, 2006c; Mec, 2006d). Além disso, os docentes também citaram a obrigatoriedade da disciplina para Tecnologia em Agroecologia, Tecnologia em Agropecuária e no Técnico em Agropecuária.

Um ponto relevante e positivo, constatado nas respostas, é o fato do componente Extensão Rural ser ministrado nos cursos de Tecnologia em Agropecuária e Agroecologia, assim como nas licenciaturas. Essas informações não foram mencionadas nos estudos anteriores, provavelmente pela criação e expansão de vários cursos de licenciaturas, como a Educação do Campo, por exemplo, e de tecnologias na área das Ciências Agrárias, assim como em outras áreas do conhecimento, na última década.

Sobre os cursos em que o componente Extensão Rural é ofertado de forma optativa, para 83,2% dos docentes a resposta foi nenhuma ou não se aplica. Já os professores que mencionaram algum curso, citaram: Gestão de Cooperativas (2,1%); Nutrição (2,1%); Serviço Social (2,1%); Direito, Biologia, Administração, Administração Pública e Filosofia (2,1%); Engenharia Florestal (2,1%); Cursos da Área de Humanas (2,1%). E ainda, foram registradas as respostas: não sei informar (2,1%) e sempre é obrigatória (2,1%).

Chama a atenção o fato do componente curricular ser ofertado como optativo no curso de Engenharia Florestal, para o qual deve ser obrigatório, segundo a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais (Mec, 2006b), como citado anteriormente. Fazendo uma análise em

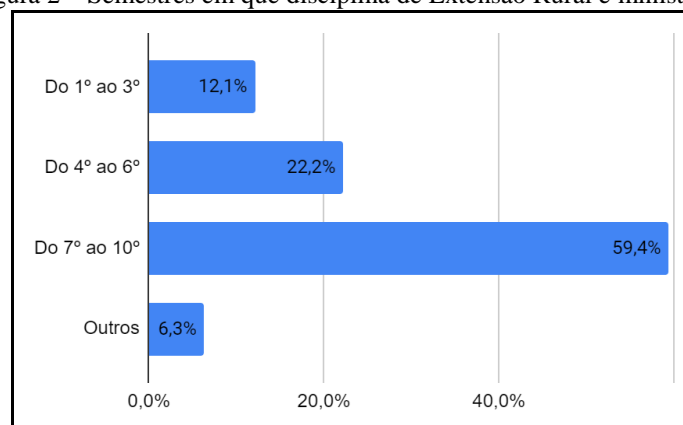
relação ao relatório publicado em 2010, reafirma-se o fato de que a disciplina de Extensão Rural é ofertada de forma optativa nos cursos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, com destaque para Economia Doméstica, Pedagogia, Geografia e Administração de Cooperativas (Wizniewsky *et al.*, 2010). Em relação ao relatório publicado em 2008, ele não especificou os cursos em que o componente era ofertado como optativo.

Sobre o formato da oferta da disciplina de Extensão Rural, 84,5% dos respondentes destacaram que é teórica e prática. Já 13,4% dos docentes ressaltaram que a disciplina possui somente aulas teóricas e 2,1% mencionaram que é ministrada somente de forma prática. Na pesquisa realizada em 2008, foi investigada somente a carga horária de aulas teóricas e práticas da disciplina. Já na investigação realizada em 2010, foram identificados os condicionantes da qualidade das aulas práticas e apenas 9% dos professores indicaram a ausência de aulas práticas, justificando a falta ou a inadequação de transporte, a inexistência de local e de parcerias institucionais (Wizniewsky *et al.*, 2010).

Quando questionados sobre o número de professores que lecionam a disciplina ao mesmo tempo, 79,6% das respostas apontaram que somente um docente é responsável pela disciplina. Enquanto o número de dois professores foi relatado por 6,1% dos respondentes, mesmo percentual ressaltado para o número de três (6,1%) e quatro (6,1%) professores. Somente 2,1% das respostas apontaram para quatro docentes ministrando a disciplina concomitantemente. Acredita-se que a presença de mais de um professor conduzindo a disciplina possa favorecer o processo de construção de conhecimento através de diferentes abordagens e/ou concepções teóricas sobre um mesmo conteúdo. Essa questão não foi investigada nas pesquisas anteriores.

Sobre o semestre ou período do curso em que a disciplina de Extensão Rural é ofertada, as respostas dos docentes foram as mais variadas. Mas, é perceptível que o componente curricular tende a ser ofertado com maior frequência nos últimos semestres dos cursos, já que 59,2% das respostas apontaram para a oferta entre o 7º e o 10º semestre, conforme pode ser visualizado na figura 2. Nos relatórios anteriores, a periodicidade da disciplina também foi investigada. Wizniewsky *et al.* (2010) apontaram a maior recorrência entre o 7º e o 10º semestre, já Callou *et.al.* (2008) ressaltaram com maior frequência o 8º (22,35%), o 1º (17,65%) e o 7º (15,29%) semestre. Assim, as três pesquisas apontam para uma tendência de oferta da disciplina de Extensão Rural nos semestres finais dos cursos.

Figura 2 – Semestres em que disciplina de Extensão Rural é ministrada.

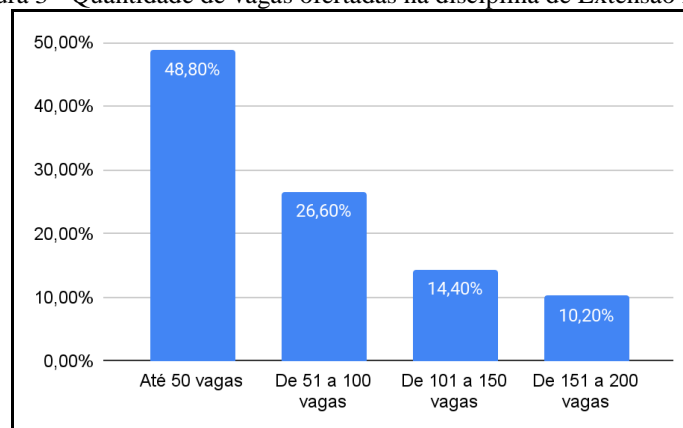


Fonte: elaboração própria.

Em relação à questão que mencionava a quantidade de vagas ofertadas na disciplina, por semestre, as respostas foram de até 50 vagas (48,8%), de 51 e 100 vagas (26,6%), de 101 a 150 (14,40%) e de 151 a 200 (10,20%), como pode ser observado na figura 3. Se considerarmos que várias instituições de ensino superior possuem mais de um curso de graduação na área das Ciências Agrárias, o quantitativo de vagas ofertadas ainda é baixo. Contudo, essa questão precisa ser relativizada em relação ao tamanho da instituição de ensino, ao número de cursos existentes e mesmo em relação ao período de criação dos cursos: se a disciplina de Extensão Rural tende a ser ofertada nos períodos finais, no caso de cursos novos, isto é, criados recentemente, o número de vagas ofertados na disciplina será menor.

Em relação ao estudo realizado em 2008, não foi possível comparar o número de oferta de vagas, mas chamou a atenção que a disciplina Extensão Rural, nos cursos de graduação no Brasil, era oferecida semestralmente em 88,82% dos casos e em 11,18%, ela era oferecida anualmente (Callou *et al.*, 2008). O relatório publicado em 2010 não trouxe esse dado.

Figura 3 - Quantidade de vagas ofertadas na disciplina de Extensão Rural.



Fonte: elaboração própria.

As tendências atuais da disciplina de Extensão Rural

Para interpretar as tendências acadêmicas do componente curricular Extensão Rural na atualidade foram realizadas as seguintes questões: a) a nomenclatura utilizada; b) os conteúdos ministrados; c) a carga horária; d) mudanças de carga horária; e e) outras possíveis mudanças nos últimos anos.

Quanto à denominação da disciplina, 47,0% dos docentes destacaram que a nomenclatura Extensão Rural está associada a outros termos, como: Comunicação; Cooperativismo; Sociologia; Desenvolvimento; Metodologias Participativas; e Agricultura Familiar. O nome Extensão Rural, somente, foi relatado por 38,8% dos professores. Outras nomenclaturas, que tratam das temáticas relacionadas à disciplina de Extensão Rural, foram citadas por 14,2% dos respondentes, tais como: Extensão Pesqueira e da Aquicultura; Extensão Pesqueira; Extensão Florestal; Sociologia do Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Rural; e Ações Integradas em Ciências Agrárias. A tabela 4 sintetiza as informações.

Vale ressaltar que esta tendência de associação do nome Extensão Rural a outros termos também foi constatada na pesquisa realizada em 2010. Nesta ocasião, os autores apontaram para o acréscimo dos termos: Sociologia; Comunicação; Cooperativismo; Associativismo; Educação; e Desenvolvimento Rural (Wizniewsky *et al.*, 2010). Essa questão reflete a disputa de conteúdos e a diminuição do tempo do professor para ministrar todos os temas referentes à Extensão Rural, além do tempo para realizar aulas práticas, por exemplo, em função da necessidade de abordar uma grande variedade de assuntos. No estudo realizado em 2008 essa questão não foi investigada.

Tabela 4 – Nomenclatura da disciplina de Extensão Rural.

Nomenclatura	Frequência	
	(n)	(%)
Somente Extensão Rural	19	38,8%
Extensão Rural associada a outros termos (Comunicação, Cooperativismo; Sociologia; Desenvolvimento; Metodologias Participativas; e Agricultura Familiar)	23	47,0%
Outras nomenclaturas (Extensão Pesqueira e da Aquicultura; Extensão Pesqueira; Extensão Florestal; Sociologia do Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Rural; e Ações Integradas em Ciências Agrárias)	7	14,2%

Total	49	100%
--------------	-----------	-------------

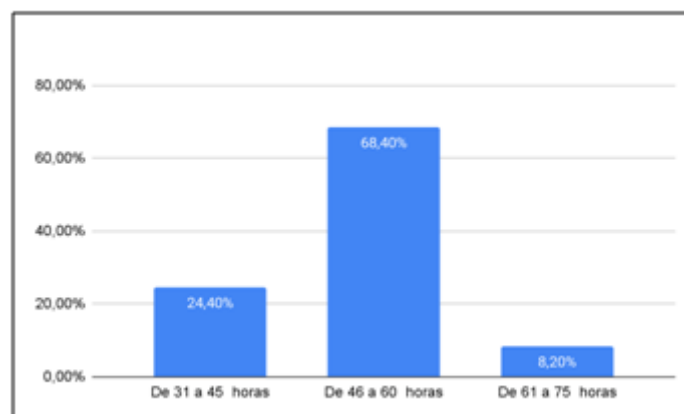
Fonte: elaboração própria.

Sobre a carga horária atual da disciplina, 68,4% dos professores destacaram o quantitativo de 46 a 60 horas, enquanto 24,4%, ressaltaram de 31 a 45 horas e apenas 8,2% mencionaram de 61 a 75 horas, conforme pode ser analisado na figura 4. Nos estudos anteriores, a carga horária de 60 horas foi a mais citada. Contudo, os autores Callou *et al.* (2008) e Wizniewsky *et al.* (2010) apontavam para uma tendência de redução desse quantitativo de horas do componente curricular.

Embora os dados atuais não confirmem a redução, é preciso analisar com cuidado essa informação, tendo em vista o atual processo de reformulação dos projetos pedagógicos de cursos em função da inserção curricular da extensão no ensino superior, proposto pela Resolução CES/CNE n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 (Mec, 2018).

Para complementar a questão, os professores também foram indagados sobre possíveis mudanças da carga horária nos últimos 10 anos. Nesse sentido, 71,6% dos docentes responderam que não ocorreram mudanças. Já 10,1% destacaram que estão ocorrendo mudanças na carga horária da disciplina no momento presente, em função da inserção curricular da extensão universitária. Além disso, 8,1% dos docentes citaram que a disciplina teve carga horária reduzida, enquanto que 6,1% indicaram que a carga horária deverá aumentar com o processo de inserção curricular da extensão universitária. Por fim, 4,1% afirmaram não saber, conforme pode ser observado na figura 5.

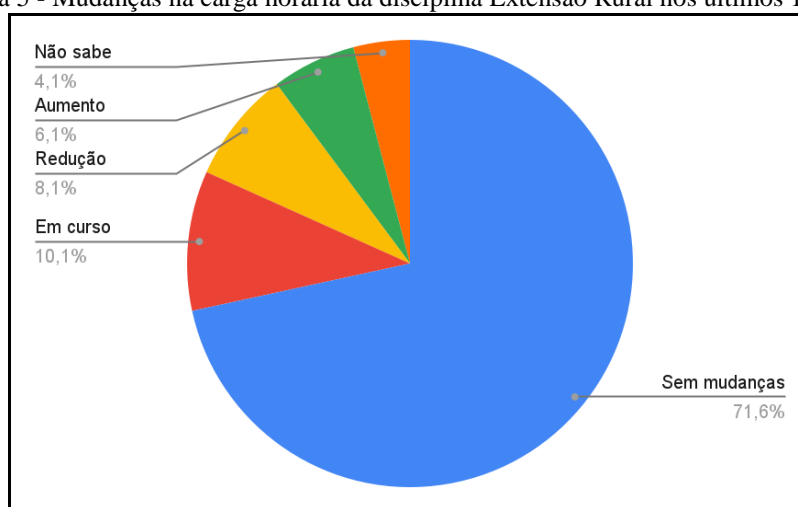
Figura 4 - Carga horária da disciplina de Extensão Rural.



Fonte: elaboração própria.

É interessante analisar os dados sobre a carga horária e a nomenclatura da disciplina de forma conjunta. Mesmo não havendo uma confirmação da tendência, anteriormente apontada por Callou *et al.* (2008) e Wizniewsky *et al.* (2010), de redução da carga horária da disciplina, a tabela 4 evidenciou um cenário em que a Extensão Rural vem sendo acoplada a outras temáticas, reduzindo o tempo disponível para tratar com profundidade de temáticas específicas de sua área de conhecimento em função da necessidade de abordar uma série de outros conteúdos afins, os quais não possuem uma disciplina própria nos cursos.

Figura 5 - Mudanças na carga horária da disciplina Extensão Rural nos últimos 10 anos.



Fonte: elaboração própria.

Os professores também foram questionados sobre os conteúdos programáticos presentes atualmente na disciplina. Os conteúdos conceitos, abordagens, histórico, fundamentos da comunicação e metodologias da Extensão Rural foram citados por todos, ou seja, 100% dos respondentes. Para além desses, também foram citados: temáticas relacionadas às questões socioambientais e agrárias (48,8%), temáticas relacionadas ao desenvolvimento rural e as políticas públicas (32,8%) e temáticas relacionadas à juventude, gênero, raça e diversidade (18,4%). Tais informações podem ser observadas no quadro 1.

No relatório publicado em 2008, as temáticas mais citadas pelos docentes também foram: histórico e conceitos de extensão (21,21%); metodologias participativas e mobilização comunitária (20,08%); difusão de inovações, extensão do conhecimento e tecnologia (8,71%). Além destas, também haviam sido mencionadas: planejamento e elaboração de projetos em Extensão Rural (8,33%); realidade socioeconômica do meio rural regional, atores e relações sociais (6,44%); e associativismo, cooperativismo e movimentos sociais (5,68%) (Callou *et al.*, 2008).

Em 2010, os conteúdos mais citados foram agrupados em: a) teorias com foco no desenvolvimento, as concepções do desenvolvimento rural, agroecologia, questão agrária e políticas públicas; b) teorias com foco em categorias sociais, com aspectos socioprodutivos, ressaltando as abordagens do campesinato e da agricultura familiar; c) teorias com foco nos processos de intervenção - fundamentos, com uma abordagem construtivista e dialética, da ação comunicativa do extensionista; e d) teorias com foco nos processos de intervenção - aplicações, com uma perspectiva mais histórica e metodológica da Extensão Rural (Wizniewsky *et al.*, 2010).

Realizando um comparativo com os relatórios anteriores, é perceptível a diversidade de conteúdos abordados pelos docentes dentro do componente Extensão Rural. Ao mesmo tempo em que existem temas consolidados, específicos e recorrentes da disciplina, como histórico, conceitos e metodologias, fica evidente que ao longo do tempo temáticas emergentes passaram a incorporar o componente, especialmente aquelas de cunho socioambiental, relacionadas ao desenvolvimento rural e, mais recentemente, as questões de juventude, diversidade, gênero e raça.

Ainda referente aos conteúdos, quando questionados sobre a Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010 (Brasil, 2010), que trata da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), 86,3% dos professores responderam que a Pnater é tratada como temática específica da disciplina de Extensão Rural, enquanto 13,7% apontaram que não trabalham a Pnater em sala de aula. Vale destacar que para Callou *et al.* (2008), trabalhar com a Pnater, dentre outras questões, é romper com a abordagem da difusão de inovações tecnológicas e implementar um paradigma da participação e da valorização das culturas populares.

Quadro 1 - Conteúdos programáticos ministrados na disciplina de Extensão Rural.

Temáticas específicas da disciplina de Extensão Rural e complementares	Temáticas relacionadas às questões socioambientais e agrárias	Temáticas relacionadas ao desenvolvimento rural e as políticas públicas	Temáticas relacionadas à diversidade
---	--	--	---

conceitos, abordagens, histórico, fundamentos da comunicação, tecnologia de informação e comunicação (TICs), metodologias; pluralismo institucional de ATER e Pnater	agroecologia; sustentabilidade; comunidades tradicionais; questão agrária; sistemas agrários; convivência com o semiárido; territorialização e territorialidades; movimentos sociais do campo; organização social; associativismo; cooperativismo; fomento florestal e manejo florestal comunitário.	agricultura familiar; introdução à sociologia rural; desenvolvimento agrícola; elaboração e gestão participativa de projetos; legislação	juventude, gênero, raça e diversidade
--	--	--	---------------------------------------

Fonte: elaboração própria.

Cenário muito parecido foi apontado nas pesquisas realizadas anteriormente. Em 2008, aproximadamente 80,0% dos docentes afirmaram que trabalhavam a Pnater em sala de aula, “seja no que diz respeito aos seus princípios e diretrizes, seja também no que diz respeito às orientações estratégicas e metodológicas expressas naquele documento” (Callou *et al.*, 2008, p. 19). Já em 2010, aproximadamente 70,0% dos professores declararam conhecer a política, 28,0% não responderam e 2,0% declararam não conhecer. Na oportunidade, também ficou visível a vinculação da Pnater junto a um conjunto de temáticas trabalhadas na disciplina, com destaque para políticas públicas (35,0%) e formação extensionista (23,0%) (Wizniewsky *et al.*, 2010).

Os docentes também foram questionados sobre quais mudanças foram verificadas na disciplina nos últimos anos. As respostas obtidas com maior frequência ressaltaram que ocorreram mudanças no conteúdo programático e atualização bibliográfica (42,8%) e que aconteceram mudanças na ementa, no conteúdo programático, atualização bibliográfica e relacionadas à inserção curricular da extensão (18,4%). Outras mudanças também foram ressaltadas, especialmente relacionadas ao processo de inserção curricular da extensão dos cursos superiores, como pode ser observado na tabela 5.

No relatório publicado em 2010, as principais mudanças relatadas mencionaram a incorporação de temas emergentes na época^v, com a finalidade de ampliar a abrangência dos processos tratados na formação, mesmo diante de alguns casos de redução da carga horária da disciplina (Wizniewsky *et al.*, 2010). Na pesquisa publicada em 2008 a questão não foi abordada.

Tabela 5 - Mudanças na disciplina de Extensão Rural nos últimos anos.

Mudanças verificadas	Frequência	
	(n)	(%)

Conteúdo programático e atualização bibliográfica	21	42,8%
Ementa, conteúdo programático e atualização bibliográfica para a inserção curricular da extensão	9	18,4%
Não houve	7	14,2%,
Ementa, conteúdo programático, fusão com outra disciplina, redução da carga horária e exclusão de conteúdos;	5	10,1%
Ementa, conteúdo programático, fusão com outra disciplina para a inserção curricular da extensão	4	8,1%
Vão ocorrer com a inserção curricular da extensão	2	4,1%
Quando assumi a disciplina tive autonomia para organizá-la de acordo com meu entendimento.	1	2,1%
Total	49	100%

Fonte: elaboração própria.

As mudanças em relação à carga horária, ementa e conteúdo programático da disciplina precisam ser investigadas com maior detalhamento, tendo em vista que as instituições de ensino superior estão em pleno processo de discussão e reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos para contemplar a Resolução CES/CNE no 7, de 18 de dezembro de 2018, que regulamenta a Lei no 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 (Mec, 2018). As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (Mec, 2018).

O perfil dos docentes que ministram a disciplina de Extensão Rural

Para traçar o perfil dos docentes que ministram a disciplina de Extensão Rural no Brasil, foram realizadas as seguintes perguntas: a) qual a formação superior; b) qual o curso de mestrado; c) qual o curso de doutorado; d) se realizou pós-doutorado; e) se conduz projetos de pesquisa; f) quais as temáticas dos projetos de pesquisa; g) se conduz projetos de extensão universitária; h) quais as temáticas dos projetos de extensão universitária; i) em quais cursos atua na instituição de ensino; j) quais disciplinas ministra; k) se atua na pós-graduação; l) quais disciplinas ministra na pós-graduação; m) qual o tempo de atuação na docência de Extensão Rural; n) se participou dos Seminários Nacionais de Ensino de Extensão Rural; e o)

se utilizou e/ou utiliza os materiais dos Seminários Nacionais de Ensino de Extensão Rural na prática docente.

Logo, no que diz respeito à formação dos professores que ministram a disciplina de Extensão Rural no Brasil, foi possível perceber que há uma predominância de formação em cursos superiores enquadrados na área de conhecimento de Ciências Agrárias (85,7% dos professores), conforme a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nesse contexto, destacam-se os cursos de Engenharia Florestal, Zootecnia, Engenharia de Pesca, Medicina Veterinária, Tecnologia em Agropecuária e, principalmente, Agronomia: dos 49 professores pesquisados, 61,2% são engenheiros agrônomos.

Desse modo, somente 14,3% dos professores de Extensão Rural possuem formação em cursos superiores pertencentes a outras áreas do conhecimento, como: Ciências Sociais Aplicadas (Comunicação; Economia Doméstica); Ciências Humanas (Educação); e Outras (Administração Rural e Ciências Sociais). Tais dados encontram-se detalhados na tabela 6.

Tabela 6 - Áreas do conhecimento* dos cursos superiores de formação dos professores de Extensão Rural.

Áreas do Conhecimento do Curso Superior	Frequência	
	(n)	(%)
Ciências Agrárias	42	85,7
Ciências Sociais Aplicadas	2	4,1
Ciências Humanas	2	4,1
Outras	3	6,1
Total	49	100

* Conforme classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Fonte: elaboração própria.

Referente à formação em nível de pós-graduação, 100% dos professores possuem o título de mestre e 98,0% informaram possuir o título de doutor. Em números absolutos, isso significa que apenas um professor não possui doutorado, como demonstra a tabela 7. Em comparação com os estudos anteriores, esses dados indicam um incremento do nível formativo dos docentes, pois no ano de 2008 apenas 68,25% eram doutores (Callou *et al.*, 2008). Também vale mencionar que 26,5% dos docentes amostrados, isto é, 13 professores, informaram ter realizado pós-doutorado.

Tabela 7 - Áreas do conhecimento* da formação de pós-graduação dos professores de Extensão Rural.

Área do Conhecimento	Mestrado		Doutorado	
	(n)	(%)	(n)	(%)
Ciências Agrárias I	30	61,2	25	51,0
Interdisciplinar	6	12,3	7	14,3
Sociologia	4	8,2	5	10,3
Ciências Ambientais	2	4,1	2	4,1
Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	2	4,1	0	0
Economia	1	2,0	1	2,0
Medicina Veterinária	1	2,0	0	0
Comunicação e Informação	0	0	1	2,0
Planejamento Urbano e Regional	0	0	1	2,0
Engenharias III	0	0	1	2,0
Não Identificada	3	6,1	5	10,3
Não Cursou	0	0	1	2,0
Total	49	100	49	100

* Conforme áreas de avaliação estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Fonte: elaboração própria.

No que tange ao mestrado, considerando as áreas de conhecimento utilizadas na avaliação dos programas de pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a tabela 7 evidencia que 61,2% dos docentes possuem mestrado na área de Ciências Agrárias I. Dentro desta área destacam-se dois programas de pós-graduação específicos em Extensão Rural: o da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o da Universidade Federal de Viçosa (UFV), os quais juntos titularam mais da metade dos docentes com mestrado em Ciências Agrárias I, isto é, 16 professores, sendo 11 professores mestres em Extensão Rural pela UFSM e 5 pela UFV.

No âmbito do mestrado, também constam formações na área Interdisciplinar (12,3%), Sociologia (8,2%), Ciências Ambientais (4,1%), Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (4,1%), Economia (2,0%) e Medicina Veterinária (2,0%). Vale mencionar que, como evidencia a tabela 7, não foi possível identificar a área de conhecimento

dos cursos de mestrado de 3 professores de Extensão Rural, possivelmente por mudança de título ou até mesmo extinção do curso.

Já no nível de doutorado, 51,0% dos docentes são doutores titulados em cursos da área de Ciências Agrárias I. Nesse íterim, 11 deles são doutores em Extensão Rural, todos titulados na UFSM. Além disso, 14,3% dos docentes são doutores na área Interdisciplinar, 10,3% em Sociologia, 4,1% em Ciências Ambientais, 2,0% em Economia, 2,0% em Comunicação e Informação, 2,0% em Planejamento Urbano e Regional e 2,0% em Engenharias III. Não foi possível identificar a área de conhecimento do doutorado de 5 professores, alguns por terem cursado o doutorado no exterior e outros por alteração de título ou extinção do curso. Todos esses dados encontram-se sintetizados na tabela 7.

Embora os relatórios de 2008 e de 2010 sobre as tendências acadêmicas da disciplina de Extensão Rural no Brasil não contemplem dados sobre a formação dos professores em nível superior em termos de áreas do conhecimento, os dados acima apresentados permitem traçar uma tendência formativa dos professores de Extensão Rural. Tais dados indicam que estes tendem a iniciar a vida acadêmica em cursos superiores de Ciências Agrárias e evidenciam, também, que embora as Ciências Agrárias ainda sejam presentes e hegemônicas na formação de pós-graduação, ocorre uma crescente ampliação das possibilidades de áreas formativas na passagem da graduação para o mestrado e do mestrado para o doutorado, com destaque para as áreas Interdisciplinar, Sociologia e Ciências Ambientais, as quais dialogam estreitamente com a Extensão Rural.

Sobre a predominância das Ciências Agrárias no percurso formativo, sem negar o caráter multidisciplinar da Extensão Rural e a possibilidade de seu ensino por professores oriundos de outras áreas do conhecimento, é preciso reconhecer que as Ciências Agrárias ainda oferecem uma proximidade com a realidade das áreas rurais, por vezes não encontrada em processos formativos superiores no âmbito de outras áreas do conhecimento.

Já sobre os projetos de pesquisa desenvolvidos, primeiramente cabe destacar que 100% dos professores afirmaram participar de projetos de pesquisa e que 67,3% deles afirmaram que participam de projetos de pesquisa específicos sobre a temática Extensão Rural. Os professores também elencaram outras temáticas visadas por suas pesquisas, dentre as quais foram recorrentes aquelas vinculadas à: agroecologia; mercados e sistemas agroalimentares; e reforma agrária.

Comparando com os estudos anteriores, realizados em 2008 e 2010, foi possível perceber que tais temáticas já estavam presentes no portfólio de pesquisas desenvolvidas

pelos professores de Extensão Rural. Contudo, outras temáticas antes recorrentes, como agricultura familiar, atividades não-agrícolas, desenvolvimento local, educação do campo, geração, gênero, gestão agrícola e políticas públicas, apareceram no levantamento contemporâneo com menor preponderância em comparação aos levantamentos passados (Callou *et al.*, 2008; Wizniewsky *et al.*, 2010).

Também vale mencionar que, embora possam estar incorporados no cerne de outras temáticas de pesquisa apresentadas pelos professores de Extensão Rural, notou-se a ausência de menções diretas aos temas etnias, pesca, movimentos sociais e territorialidade, que nos levantamentos anteriores representavam importantes categorias de investigação científica. Possivelmente, territorialidade deixou de ser citada em virtude do esvaziamento das políticas públicas de nível federal relacionadas, como o Território da Cidadania, sendo que são poucos os estados do Brasil que continuam assumindo essa agenda. Nesse sentido, refletimos como as tendências das políticas públicas impactam no ensino de Extensão Rural. Referente à pesca, o fato dela não ter sido citada pode ser explicado pela pequena presença de professores de Extensão Rural da região Nordeste do país na amostra da pesquisa, sendo que a região, historicamente, concentra as investigações científicas sobre Extensão Pesqueira (Callou *et al.*, 2008; Wizniewsky *et al.*, 2010).

Ainda sobre os projetos de pesquisa, também foram citados alguns temas diferentes das grandes categorias construídas nos estudos de 2008 e 2010, sendo eles: agricultura urbana, bioculturalidade, cooperativismo, economia solidária, educação intercultural e fitotecnia. Os temas de bioculturalidade e educação intercultural parecem dar uma nova roupagem para as pesquisas dos professores de Extensão Rural a respeito das relações étnicas no campo, em especial no que tange os grupos indígenas.

Além disso, 73,5% dos professores de Extensão Rural afirmaram participar de projetos de extensão universitária. Em comparação aos levantamentos anteriores, nota-se um incremento do percentual de professores envolvidos em projetos de extensão universitária, o que é importante para o processo de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e pode colaborar para o aprimoramento da qualidade de possíveis aulas práticas da disciplina de Extensão Rural (chamando atenção para o fato que as aulas práticas integram a dimensão ensino e não devem ser confundidas com o processo de inserção curricular da extensão universitária). Em 2008 e 2010, apenas 49,0% e 52,0% dos docentes participavam de projetos de extensão, respectivamente (Callou *et al.*, 2008; Wizniewsky *et al.*, 2010).

Nos termos utilizados pelos professores, os temas dos projetos de extensão universitária perpassam por: agricultura familiar; agricultura urbana; agrobiodiversidade; agroecologia; aquaponia; aquicultura familiar; armazenamento de grãos; associativismo; comercialização de alimentos; certificação de produtos sustentáveis; ciência, tecnologia e sociedade; comunicação rural; comunicação e saúde; cyber extensão; cooperativismo; desenvolvimento rural; economia solidária; educação ambiental; educação agrícola; estágios de vivência rural; assistência técnica e Extensão Rural; assessoria técnica, social e ambiental; feiras agroecológicas; feminismo; gênero; geração; gestão social; grandes culturas; hortas agroecológicas; identidade étnico racial; pesca artesanal; políticas públicas; residência agrária; segurança alimentar e nutricional; sistemas agrários; sucessão rural; tecnologias sociais; tecnologias de informação e comunicação em áreas rurais.

Observando os estudos de 2008 e de 2010, chama atenção o fato de já não terem sido mencionados projetos de extensão universitária sobre metodologias participativas e pluriatividade. Outra mudança foi o aumento expressivo do número de projetos de extensão universitária referentes à temática de gênero, que nos estudos de 2008 e de 2010 era pouco presente (Callou *et al.*, 2008; Wizniewsky *et al.*, 2010).

Sobre os temas atuais dos projetos de extensão universitária, cabe refletir sobre as menções realizadas ao armazenamento de grãos e às grandes culturas, por se afastarem da realidade comumente apresentada pelo público prioritário da Extensão Rural, que são os agricultores familiares (Brasil, 2010). Também é necessário destacar a emergência do tema cyber extensão (denominado com maior frequência de ATER digital) e a menção ao tema tecnologias de informação e comunicação em áreas rurais, os quais ganharam força no cenário da pandemia de Covid-19, a partir de março de 2020, devido à necessidade de isolamento social.

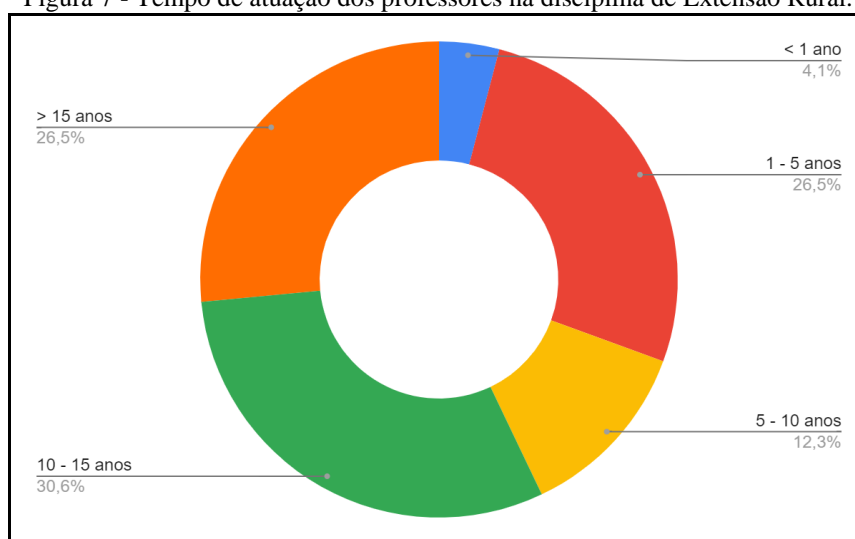
Quando questionados sobre em quais cursos atuam, não necessariamente ministrando a disciplina de Extensão Rural, os professores citaram 31 cursos, entre técnicos, tecnólogos e graduações. Como mostra a nuvem de palavras da figura 6 (em que quanto maior a frequência de citação do termo, maior o seu destaque na imagem), o curso de atuação mais frequente foi o de Agronomia, seguido pelos cursos de Zootecnia, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária. No estudo sobre a disciplina de Extensão Rural realizado em 2010, tais cursos também estiveram entre os mais citados (Wizniewsky *et al.*, 2010). A amplitude de cursos trabalhados pelos professores de Extensão Rural variou de 1 a 10, sendo que, em média, cada professor trabalha em 2,8 cursos.

afins (como vivências, projeto profissional integrador, ações integradas em ciências agrárias, sistematização de experiências); 11) outras diversas (incluindo disciplinas de áreas técnicas).

Vale destacar que 49,0% dos professores de Extensão Rural também ministram disciplinas em cursos de pós-graduação diversos, isto é, 24 docentes, perpassando por especializações, mestrados e doutorados, seja como docentes permanentes ou colaboradores. As disciplinas ministradas na pós-graduação refletem as mesmas grandes categorias apresentadas anteriormente, nos cursos técnicos, tecnológicos e de graduação, com exceção da categoria de iniciações às áreas de conhecimento.

A figura 7 apresenta, em números relativos, o tempo de atuação dos professores na disciplina de Extensão Rural. Considerando que a partir de 5 anos o professor possui certa experiência na docência, os dados demonstram que 69,4% dos professores de Extensão Rural são professores veteranos no ensino da disciplina. Todavia, os dados também indicam um percentual de 30,6% de professores com menos de 5 anos de experiência, ainda iniciantes na docência de Extensão Rural, o que evidencia o decurso de um processo de renovação desse corpo docente.

Figura 7 - Tempo de atuação dos professores na disciplina de Extensão Rural.



Fonte: elaboração própria.

Referente aos Seminários Nacionais de Ensino de Extensão Rural, 53,1% dos docentes não participaram de nenhuma das edições realizadas. Observando os dados de tempo de atuação dos professores na disciplina de Extensão Rural e considerando que os eventos foram realizados há mais de dez anos, um dos motivos da participação incipiente dos professores nos Seminários se deve ao fato de muitos deles ainda não estarem inseridos no ensino da disciplina na época.

Considerando os 23 docentes que afirmaram ter participado dos Seminários: 43,5% participaram de ambas as edições; 47,8% participaram apenas da edição de Santa Maria/RS, em 2010; e 8,7% participaram somente da edição de Itamaracá/PE, em 2008. Tais informações estão sintetizadas nas tabelas 8 e 9 abaixo apresentadas.

O dado de baixa participação dos professores no Seminário realizado em Pernambuco precisa ser relativizado em função da pequena representatividade de professores da região Nordeste na amostra. Convém ainda destacar que enquanto 49,0% afirmaram utilizar ou ter utilizado os materiais vinculados aos Seminários Nacionais como subsídios para suas aulas de Extensão Rural, 51,0% afirmaram não fazer ou não ter feito isso.

Tabelas 8 e 9 - Participação dos professores nas edições dos Seminários Nacionais de Ensino de Extensão Rural.

Participação nos Seminários Nacionais de Ensino de Extensão Rural	Frequência		⇒	Edições	Frequência	
	(n)	(%)			(n)	(%)
Sim	23	46,9		2008 - Itamaracá/PE	2	8,7
Não	26	53,1		2010 - Santa Maria/RS	11	47,8
Total	49	100		Ambas as edições	10	43,5
				Total	23	100

Fonte: elaboração própria.

Considerações finais

O panorama atual da disciplina de Extensão Rural revela que ela é ofertada em caráter teórico e prático e que, na maior parte dos cursos, a oferta da disciplina continua sendo, prioritariamente, nos semestres finais da graduação. Entretanto, a disciplina comumente é articulada com outras áreas disciplinares que apresentam conteúdos programáticos passíveis de aproximação.

O componente tem sido ministrado como obrigatório para os cursos de graduação: Agronomia, Engenharia de Aquicultura, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Medicina Veterinária e Zootecnia. As Diretrizes Curriculares Nacionais confirmam a obrigatoriedade da disciplina de Extensão Rural para os cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia. Chama a atenção o fato de a Extensão Rural ser ministrada nos cursos de Tecnologia em Agropecuária e Agroecologia,

assim como em licenciaturas, uma vez que essas informações não foram mencionadas nos estudos anteriores.

A disciplina tem sido ofertada também em caráter optativo em Cursos das Ciências Sociais e Humanas, como já tinha sido apontado em pesquisas anteriores. Em relação à quantidade de vagas ofertadas na disciplina, predomina o número de 50 vagas por semestre. O componente tem sido ministrado, na grande maioria dos cursos, por apenas um docente. Importante mencionar que a Pnater tem sido trabalhada pela expressiva maioria dos professores.

Quanto às tendências atuais do componente curricular, a carga horária tem predominância de 46 a 60 horas e não se diferencia, significativamente, do que foi identificado nos relatórios anteriores. No entanto, existe uma tendência de mudança na nomenclatura, também apontada em pesquisas anteriores. Tal fato pode trazer uma diminuição dos conteúdos específicos da Extensão Rural, pois o tempo do professor em sala de aula precisa ser dividido entre temas específicos e vários temas emergentes e correlatos, como os exemplificados no decorrer do estudo. Mudanças relacionadas ao conteúdo programático e atualização bibliográfica também foram citadas. Ressalta-se que as mudanças na disciplina de Extensão Rural devem ser investigadas em maior profundidade a partir da efetivação do processo de inserção curricular da extensão universitária, ainda em andamento.

No que se refere ao perfil dos docentes brasileiros de Extensão Rural, os dados apontam para a elevada qualificação acadêmica de tais profissionais, em sua maioria doutores, e uma tendência formativa em cursos superiores das Ciências Agrárias, especialmente Agronomia. Já no que se refere à formação de pós-graduação, observa-se a realização de mestrados e doutorados em outras áreas do conhecimento, para além das Ciências Agrárias, como Interdisciplinar, Sociologia e Ciências Ambientais, as quais dialogam estreitamente com a Extensão Rural.

Ainda sobre o perfil docente, o levantamento realizado permite apontar que os professores de Extensão Rural tendem a se envolver mais com projetos de pesquisa do que com projetos de extensão universitária, embora estes últimos tenham crescido em relação aos levantamentos anteriores e apresentem expressividade. Além da própria Extensão Rural, os temas de pesquisa dos docentes perpassam por problemáticas vinculadas, principalmente, à agroecologia, mercados e sistemas agroalimentares e reforma agrária.

Já os temas dos projetos de extensão universitária apresentam elevada amplitude e perpassam por inúmeras problemáticas interdisciplinares consideradas afins à Extensão Rural.

No momento presente, chama a atenção o aumento do número de projetos de extensão universitária sobre gênero e o aparecimento de projetos sobre cyber extensão e tecnologias de informação e comunicação (isto é, ATER digital), impulsionados pelo cenário da pandemia de covid-19.

Entre técnicos, tecnólogos e graduações, são inúmeros os cursos de atuação dos professores de Extensão Rural brasileiros, todavia, a tendência de atuação é maior no curso de Agronomia e nos cursos de Zootecnia, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária, mesmo a disciplina não sendo considerada obrigatória para este último. Além de Extensão Rural, os docentes tendem a ministrar, em média, 2,8 outras disciplinas. O perfil dos docentes de Extensão Rural também se mostra vinculado à pós-graduação, sendo que praticamente metade dos respondentes da pesquisa atuam em especializações, mestrados e doutorados.

Os professores de Extensão Rural são experientes na docência da disciplina, considerando que a maior parte possui mais de cinco anos de atuação. Tal perfil aponta para um corpo docente de Extensão Rural experiente, qualificado, atuante para além do ensino, também na pesquisa e na extensão universitária, articulado com uma diversidade de problemáticas de interesse da Extensão Rural e cada vez mais integrado à pós-graduação.

Apesar deste estudo apresentar uma atualização do estado da arte do ensino em Extensão Rural no Brasil, é importante salientar a necessidade de condução de novas investigações sobre o tema, sejam de abrangência nacional ou com foco em regiões determinadas, especialmente após a implementação do processo de inserção curricular da extensão universitária nos cursos superiores. Por meio do presente levantamento foi possível perceber que tal processo apresenta potencial de impactar sobre o ensino em Extensão Rural em diversas dimensões.

Referências

Brasil. *Lei n. 12.188*, de 11 de janeiro de 2010. (2010, 12 de janeiro). Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

Callou, A. B. F., Pires, M. L. L. S., Leitão, M. R. F. A., & Santos, M. S.T. (2008). *O estado da arte do ensino da Extensão Rural no Brasil: relatório de pesquisa*. Recife, PE: Gráfica Artimpresso.

Caporal, F. R., & Costabeber, J. A. (2002). Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do Sul. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 3(4), 10-15.

Caporal, F. R., & Costabeber, J. A. (2004). *Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER/IICA.

Diesel, V., & Dias, M. M. (2010). Fundamentos teórico-metodológicos da Extensão Rural: quais fundamentos? In *Anais do 2º Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural*. Santa Maria, RS. Recuperado de: http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/Fundamentos_Teorico-metodologicos_em_extensao_rural.pdf

Duarte Filho, J. R. (1996). Historicidade da disciplina de Extensão Rural. *Extensão Rural*, (3), 15-22. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6118>

Freire, P. (1983). *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra.

Leal, M. G. S. F., & Braga, G. M. (1997). A formação de profissionais para a Extensão Rural: um recorte no estudo de projetos políticos para a modernização da agricultura e da educação no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 35(1), 119-137.

Ministério da Educação. (2006a). *Resolução N° 1*, de 2 de fevereiro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônômica ou Agronomia e dá outras providências. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces01_06.pdf

Ministério da Educação. (2006b). *Resolução N° 3*, de 2 de fevereiro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Florestal e dá outras providências. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces03_06.pdf

Ministério da Educação. (2006c). *Resolução N° 5*, de 2 de fevereiro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Engenharia de Pesca e dá outras providências. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces05_06.pdf

Ministério da Educação. (2006d). *Resolução N° 4*, de 2 de fevereiro de 2006. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia e dá outras providências. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces04_06.pdf

Silva Neto, B. (2010). Por uma Agronomia como uma ciência da complexidade: o papel da disciplina de Extensão Rural. In *Anais do 2º Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural*. Santa Maria, RS. Recuperado de: http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/Texto_Benedito_Silva_Neto.pdf

Wizniewsky, J. G., Poerschke, C.S., Moraes, C.S., Vargas, D. L., Silva, D. F., Murad, G., Oliveira, G. N., Friedrich, G. N., Reys, M. A., Neumann, P. S., & Diesel, V. (2010). *O Estado da arte do ensino em Extensão Rural no Brasil: relatório de pesquisa*. Santa Maria, RS.

ⁱ As autoras expressam seus mais sinceros agradecimentos à mentoria da Prof.^a Dr.^a Vivien Diesel e do Prof. Dr. Marcelo Miná Dias, essencial para a elaboração do presente artigo.

ⁱⁱ Na elaboração destas perguntas, além da observação do contexto contemporâneo, também foram observados os questionários utilizados nos levantamentos de 2008 e 2010, para possibilitar a construção de comparações temporais. Além disso, o questionário foi acompanhado de um termo de consentimento livre e esclarecido.

ⁱⁱⁱ O instrumento de pesquisa totalizou 36 questões, as quais resultaram em uma expressiva quantidade de dados, impossibilitando a análise de todas as informações coletadas no presente artigo, fato que acarretará o desenvolvimento de outras publicações.

^{iv} A presente amostra totalizou 49 questionários respondidos. Em 2008 foram 63 e em 2010 foram 71 questionários.

^v Desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar, metodologia participativa, territorialidade, empoderamento, economia solidária, pluriatividade, relações de gênero, bem como as demandas dos movimentos sociais do campo (Wizniewsky *et al.*, 2010).

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 20/08/2022
Aprovado em: 10/11/2022
Publicado em: 19/12/2022

Received on August 20th, 2022
Accepted on November 10th, 2022
Published on December, 19th, 2022

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Vargas, D. L., & Drebes, L. M. (2022). O “estado da arte” do ensino em Extensão Rural no Brasil. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e14747. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14747>

ABNT

VARGAS, D. L., & DREBES, L. M. O “estado da arte” do ensino em Extensão Rural no Brasil. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e14747, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14747>